

REALIDADE DO SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO



Água



Esgoto
Sanitário



Resíduos
Sólidos



Drenagem



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



Fundação
Nacional
de Saúde



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



PROJETO
**SABER
VIVER**

Construindo Planos Municipais
de Saneamento Básico - PMSBs

TED N° 08/2017



Construindo Planos Municipais
de Saneamento Básico -PMSBs

TED N° 08/2017



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



Fundação
Nacional
de Saúde



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

SETEMBRO DE 2021



TED N° 08/2017

Ronilson de Oliveira

Coordenador-Geral

Ricardo Teixeira G. de Andrade

Supervisor de Estudos Sociais

Antônio dos Santos Júnior

Coordenador técnico

Tatiana de Macedo Costa

Supervisora de Engenharia

Saulo Souza de Macedo

Gerente de Projetos

Gedeli Ferrazzo

Supervisora de Comunicação

Equipe de Pesquisadores

Profissionais Auxiliares em Comunicação

Débora Cristina Castro de Sousa

Núcleo Machado

Eloísa Santana Paz

Núcleo Guaporé-Mamoré

APRESENTAÇÃO

O saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição de 1988 e reiterado pela Lei nº. 11.445/2007, a qual prevê a universalização dos serviços de saneamento básico, para que todos os cidadãos tenham acesso a: **água de qualidade e quantidade; coleta e tratamento dos esgotos, destinação adequada do lixo e escoamento das águas da chuva.**

Entretanto, para promover a universalização do saneamento básico, todos os municípios devem elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), documento construído com a participação da sociedade, que define as metas no horizonte de 20 anos para a universalização do saneamento básico.

Assim, o primeiro passo para a definição das metas é conhecer a realidade do saneamento básico no município. Com esse propósito, no segundo semestre de 2019 foi realizado o diagnóstico técnico-participativo da situação dos serviços de saneamento básico no município e de seus impactos nas condições de vida da população.

Para a realização do **diagnóstico técnico-participativo**, foram realizados **eventos setoriais e entrevistas** com a população urbana e rural, a fim de captar a percepção social, as demandas e aspirações da população. A metodologia aplicada na realização das entrevistas se estabeleceu por amostragem representativa de uma população, valendo-se de instrumentos formais para coleta e análise dos dados.

Para isso, foram visitadas 118 residências na área urbana (média de 2,71 moradores por domicílio) e 121 na área rural (média de 2,94 moradores por domicílio), totalizando uma amostragem de 678 indivíduos. Já no enfoque técnico foram levantados e confrontados os indicadores de saúde, epidemiológicos, ambientais, hidrológicos e socioeconômicos de todas as áreas do município.

Dessa forma, essa cartilha apresenta uma síntese do diagnóstico técnico-participativo do Saneamento Básico de Vale do Paraíso, no que se refere aos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem das águas da chuva, coleta e

destinação do lixo, bem como o impacto da ausência ou presença desses serviços nas condições de vida da população.

Por fim, vale ressaltar que, as ações de saneamento básico estão interligadas à promoção da saúde da população, por isso é importante discutir, propor, planejar e monitorar as ações sanitárias do seu município.

Participe da construção do Plano Municipal de Saneamento Básico de Vale do Paraíso!

SUMÁRIO

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	08
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	12
DRENAGEM DAS ÁGUAS DAS CHUVAS	16
LIXO	20
SAÚDE	24
REFERÊNCIAS	27

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

1. COMO É O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO?

De acordo com pesquisa realizada com os moradores da área urbana de Vale do Paraíso, **52,5%** utilizam poço artesiano/semi-artesiano/poço tubular, **26%** utilizam poço amazônico, **20%** da população utiliza água distribuída pela rede pública (CAERD) e **1,5%** não souberam responder (gráfico 1).

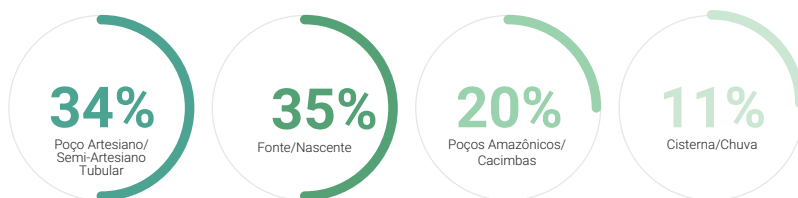
GRÁFICO 1 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA URBANA (SEDE) DO MUNICÍPIO



Fonte: Projeto Saber Viver (2021) – TED 08/2017 IFRO/FUNASA.

Na área rural do município, **34%** responderam que utilizam água de poço artesiano/semi-artesiano/poço tubular, **35%** disseram que a água provém de fonte/nascente, **20%** utilizam poço amazônico/cacimba, em **11%** dos domicílios a água advém de cisterna/chuva, conforme o gráfico 2.

GRÁFICO 2 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO.



Fonte: Projeto Saber Viver (2021) – TED 08/2017 IFRO/FUNASA.

No Distrito de Santa Rosa, o abastecimento de água ocorre majoritariamente através de poços amazônicos, seja para fins domésticos, comerciais ou públicos. Entretanto, foi instalado recentemente no distrito, uma unidade do projeto SALTA-z para atender parte da população (Figura 1).



Fonte: Projeto Saber Viver (2020) – TED 08/2017 IFRO/FUNASA.

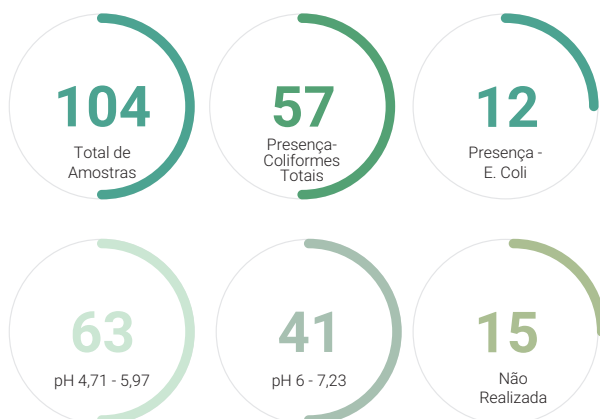
2. QUAL É A QUALIDADE DA ÁGUA QUE CHEGA A SUA CASA?

A Portaria nº 05/2017 do Ministério da Saúde estabelece que seja verificada, na água para consumo humano para garantir sua **potabilidade**, a ausência de coliformes totais e *Escherichia coli*, e determinada a contagem de bactérias heterotróficas. Esses são indicadores microbiológicos mais utilizados para associar riscos à saúde frente à possível contaminação da água. A presença de coliformes totais e *E. coli*, na água, é uma evidência de que ela está poluída com fezes humanas ou de outros animais de sangue quente.

De acordo com o SISAGUA (2019), nas amostras coletadas de **Soluções Alternativas Individuais (SAI)**, em 57 amostras foram identificadas a “presença” de coliformes totais e em 12 amostras foram identificadas a “presença” de *Escherichia coli* (gráfico 3).

No que se refere ao pH, foram identificadas 63 amostras com valores fora dos padrões indicados pela Portaria nº 05/2017, que recomenda o pH da água no sistema de distribuição na faixa de 6,0 a 9,5 (gráfico 3).

GRÁFICO 3 – DADOS DAS AMOSTRAS COLETAS EM 2019 – SAI



Fonte: Projeto Saber Viver (2021) – TED 08/2017 IFRO/FUNASA, com dados do SISAGUA (2019).

Atualmente, o município não dispõe de **Sistema de Abastecimento de Água (SAA)**. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU fornece hipoclorito de sódio para o tratamento de desinfecção da água para o consumo humano: **o tratamento é realizado de forma individual** pelos moradores, com a adição de cloro na água e utilização de **filtros**.

3. QUAIS SÃO OS PROBLEMAS RELACIONADOS AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA?

O principal problema é não ter um abastecimento de água. Em Vale do Paraíso, a rede geral de abastecimento pela CAERD não está em funcionamento e o município não possui estação de tratamento de água, de modo que, a população utiliza poços artesianos ou amazônicos para terem água. Cerca de 12,5% dos munícipes afirmaram que o abastecimento da residência apresenta problemas quanto à qualidade da água, em relação a gosto, visual e cheiro, enquanto aproximadamente 87,5% dos domiciliares afirmaram não ter problemas com a água.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

4. QUAL É A DESTINAÇÃO DO ESGOTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO?

No Município de Vale do Paraíso **não constam sistemas coletivos para coleta, tratamento ou destino de efluentes**. Desta forma, a população realiza a destinação do esgoto por meio de **fossas rudimentares**. A Tabela 1 exemplifica em números relacionando os domicílios com o tipo de esgoto.

TABELA 1 – TIPOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM VALE DO PARAÍSO

TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	SEDE MUNICIPAL	ÁREA RURAL	DISTRITO DE SANTA ROSA	TOTAL
Domicílios Particulares Permanente	1.223	1.580	142	2.945
Rede Geral de Esgoto ou Pluvial	0	0	0	0
Quantidade de domicílios que usam fossa séptica	10	0	0	10
Quantidade de domicílios que usam fossa rudimentar	1.213	1.580	142	2.935
Quantidade de domicílios que lançam esgoto <i>in natura</i> em Igarapé/ Céu aberto/ Rio/ Mato/ Vala/ Sarjeta	0	0	0	0

Fonte: Comitê Executivo de Vale do Paraíso (2021)

Através da Tabela 1 é possível verificar que a maioria dos domicílios no Município faz uso de **Fossas Rudimentares**, tanto na sede municipal, distrito e área rural.

5. QUAIS SÃO OS PROBLEMAS RELACIONADOS AO ESGOTO SANITÁRIO?

A principal deficiência encontrada no município é a ausência de sistema de esgotamento sanitário, obrigando os moradores a optarem por soluções individuais de destinação de seus efluentes. Este panorama se aplica para a sede, distrito e área rural no município. Dessa forma, as moradias são áreas que apresentam potenciais riscos de contaminação por esgotos, principalmente no solo e águas subterrâneas.

Um outro fator considerado como de risco, relacionado ao esgotamento sanitário, é o lançamento de águas cinzas (águas de pia, chuveiro e máquinas de lavar) a céu aberto em pontos da cidade, que provocam incômodos à população e comprometem as condições de salubridade das vias públicas. O município também apresenta problemas em relação a ligações clandestinas de lançamento de águas cinzas em dispositivos de drenagem. Segundo os moradores do município, essa prática é adotada devido à ausência do sistema de esgotamento sanitário e de empresas limpa-fossas na cidade.

LANÇAMENTO DE ÁGUAS CINZAS A CÉU ABERTO, NA RUA PRIMAVERA



Fonte: Projeto Saber Viver (2019), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

ÁREA COM LANÇAMENTO CLANDESTINO DE ÁGUAS CINZAS EM CANAIS DE MACRODRENAGEM



Fonte: Projeto Saber Viver (2019), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

Como o esgoto gerado pela população, em sua maioria, é destinado para fossas rudimentares, é comum encontrar alguns desses dispositivos em condições de infraestrutura precárias, situação essa que contribui para a propagação de doenças e vetores no local, além de oferecer perigo de acidentes aos residentes de seu entorno, como crianças e idosos, que ocasionalmente podem desatentar-se a situação.

FOSSAS RUDIMENTARES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO



Fonte: Projeto Saber Viver (2019), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

FOSSA RUDIMENTAR DA PREFEITURA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SEMSAU - COM SINAIS DE EXTRAVASAMENTO - SEDE MUNICIPAL



Fonte: Prefeitura do Municipal de Vale do Paraíso (2021).

DRENAGEM DAS ÁGUAS DA CHUVA

6. O MUNICÍPIO POSSUI SISTEMA DE ESCOAMENTO DAS ÁGUAS DA CHUVA?

Na sede municipal de Vale do Paraíso existe sistema de Microdrenagem e Macro drenagem para escoamento das águas da chuva. Em levantamento de campo, observou-se que a macrodrenagem do município é formada por canais naturais como rios, córregos, fundos de vales e áreas de várzea, com a presença de drenagens de transposição de talvegues como: bueiros, pontes e pontilhões. Já o sistema de microdrenagem é composto por meios-fios, sarjetas, bocas de lobo e pequenas galerias. No distrito de Santa Rosa e na área rural não existe sistema de microdrenagem.

MACRODRENAGEM EXISTENTE NA SEDE MUNICIPAL. BUEIROS NA AV. PARANÁ E RUA PROJETADA 02, RESPECTIVAMENTE



Fonte: Comitê Executivo (2021).

BOCA DE LOBO NA AV. PARANÁ E RUA 13 DE FEVEREIRO, RESPECTIVAMENTE



Fonte: Comitê Executivo (2021).

PAVIMENTAÇÃO E MEIO-FIO NA AV. PARAÍSO



Fonte: Comitê Executivo (2021).

7. QUAIS SÃO OS PROBLEMAS RELACIONADOS A DRENAGEM QUE AFETAM A POPULAÇÃO?

Os principais problemas observados em Vale do Paraíso estão relacionados com a ausência ou a deficiência de microdrenagem subterrânea. O município possui topografia plana, o que torna o escoamento da água da chuva mais lento e somado a ausência de rede coletora pluvial, provoca alagamento nas vias da cidade durante chuvas fortes ou torrenciais.

Outros problemas são o assoreamento nos pontos de lançamento das águas pluviais e nos corpos de água e erosão do solo nas vias, causando o comprometimento da pavimentação das ruas e a ausência de manutenção da infraestrutura existente. Em muitos locais foi possível observar o entupimento de bocas de lobo devido ao acúmulo de lixo, ausência de gradeamento e tampa nas bocas de lobo, meios-fios e sarjetas danificados, bem como ligações clandestinas de esgoto nas galerias pluviais, dificultando o escoamento dos excessos de chuva.

EROSÃO E ASSOREAMENTO DOS SOLOS NAS VIAS



Fonte: Comitê Executivo 2020.

LIGAÇÕES CLANDESTINAS DE ESGOTOS



Fonte: Comitê Executivo 2020.

LIXO

8. QUAL É O DESTINO FINAL DO LIXO COLETADO NO MUNICÍPIO?

No Município de Vale do Paraíso, o lixo é coletado pela Prefeitura Municipal através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP). A coleta é feita em toda área urbana e no Distrito de Santa Rosa. A destinação final do lixo é um lixão, ação que vai contra o artigo 47 da lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, onde fica proibido o lançamento in natura e queima a céu aberto de resíduos sólidos ou rejeitos. Na área rural, como não há coleta, o lixo costuma ser queimado e/ou enterrado.

ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES NA SEDE DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO E DO DISTRITO DE SANTA ROSA, RESPECTIVAMENTE



Fonte: Comitê Executivo (2021).

ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES NA ÁREA RURAL



Fonte: Comitê Executivo (2021).

LIXÃO DA SEDE MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO



Fonte: Projeto Saber Viver (2019), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

9. EXISTE COLETA SELETIVA (RECICLÁVEIS) NO MUNICÍPIO? QUAL É O DESTINO DADO PELA POPULAÇÃO PARA OS MATERIAIS RECICLÁVEIS?

Em Vale do Paraíso não existe coleta seletiva, dessa forma, na zona urbana, os materiais recicláveis acabam sendo misturados com demais resíduos coletados pela prefeitura e destinado ao lixão. Na zona rural, 55% queimam, 22% descartam com o lixo comum, 16% afirmam entregar para algum catador ou centro de reciclagem e 5% enterram.

10. COMO SE ESTABELECE O GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS?

O município de Vale do Paraíso possui Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) elaborado no ano de 2013, sob supervisão do Consórcio Público Intermunicipal (CIMCERO). O PGIRS possui 8 anos de elaboração e deveria ter sido revisado após 4 anos desde sua elaboração. O PGIRS ainda não foi aprovado no município. A tabela 02 apresenta o gerenciamento da coleta dos vários tipos de resíduos produzidos pelo município.

TABELA 2 – DESCRIÇÃO DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS.

RESÍDUOS	URBANO (sede e distritos)	RURAL
Doméstico	Coleta: Coletado pela prefeitura. Destinação: Lixão.	Queimado/ Enterrado
Construção Civil	Coleta: Responsabilidade do próprio gerador ou coletado pela prefeitura mediante pagamento de taxa. Destinação: reaproveitamento em aterramentos, manutenção das vias em operações tapa buraco e correção de processos erosivos na área urbana e rural do município.	-
Comercial	Coleta: Responsabilidade do próprio gerador. Destinação: O óleo queimado proveniente das oficinas é vendido para os produtores rurais da região para pintura de curral e cerca. As embalagens de óleos lubrificantes são destinadas ao lixão. Os pneus inservíveis são doados para diversas finalidades, dentre elas a reciclagem. As carcaças de bateria são retornadas para os revendedores para reincorporação ao ciclo e ou vendidas a sucateiros.	-
Hospitalar	Coleta do Serviço Público: Coletado pela empresa privada Amazon Fort Soluções Ambientais e Serviços de Engenharia. Coleta do Serviço Privado: Coletado pela empresa privada M.X.P Usina de I. Resíduos Ltda – ME. Destinação do Serviço Público: Deslocados para Porto Velho e incinerados a uma temperatura entre 850 e 1.200 °C. Destinação do Serviço Privado: Deslocados para a Unidade de Tratamento Térmico de Resíduos da empresa no município de Ji-Paraná-RO, onde eles são incinerados.	-
Industrial	Coleta: Responsabilidade do próprio gerador. Atualmente, as atividades industriais do município são marcenaria e laticínio. Destinação: Os resíduos da marcenaria são comercializados para terceiros, no entanto, não existem informações sobre o tratamento, destinação e disposição final dos resíduos. A atividade desenvolvida pelo laticínio está restrita ao resfriamento de leite, que não gera resíduos provenientes de leite no município.	-
Agrossilvopastoril	Coleta: Responsabilidade do produtor rural: levar as embalagens até os pontos de coletas mais próximo ou através da Campanha "Campo Limpo", onde os resíduos são coletados uma vez ao ano. Destinação: Os resíduos coletados são encaminhados para a Associação dos Revendedores de Produtos agropecuários de Ouro Preto e Região – ARPAGRO, posteriormente são encaminhados para a Associação de Revendas de Produtos Agropecuários (ARPACRE) em Cacoal, onde as embalagens serão prensadas e posteriormente encaminhadas para a reciclagem e/ou incineração.	-

A saúde da população sofre de forma direta com a falta de saneamento básico. A má qualidade da água, destino inadequado do lixo, deposição de dejetos em locais inapropriados e ambientes poluídos são decorrentes da falta de saneamento e estas situações favorecem a proliferação de doenças, tais como: Leptospirose, Disenteria Bacteriana, Esquistossomose, Febre Tifóide, Cólera, Parasitoides, além do agravamento das epidemias tais como a Dengue, Zika, Chikugunya. A seguir, apresentamos os índices das ocorrências das doenças relacionadas à falta de saneamento básico.

11. QUAL É O ÍNDICE DA POPULAÇÃO ATINGIDA POR DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS PELA FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO?

As doenças infectocontagiosas com ocorrência no município que decorrem da deficiência dos serviços de saneamento básico estão listadas na tabela 3, onde são apresentados os dados oficiais divulgados pela SEMSAU.

TABELA 3 - OCORRÊNCIAS DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS RELACIONADAS À CARÊNCIA DE SANEAMENTO BÁSICO EM VALE DO PARAÍSO.

LOCAL DE REFERÊNCIA	DOENÇAS MENCIONADAS	%
Sede Municipal	Diarreia	5,55
	Verminose	3,96
	Dengue	3,17
	Diarreia e verminose	3,17
	Diarreia e dengue	2,38
	Diarreia, verminose e dengue	2,38
	Dengue e malária	0,79
Distrito Urbano Santa Rosa	Dengue e verminose	8,82
	Verminose	5,88
	Dengue	5,88
	Outros	5,88
	Diarreia	2,94
	Hepatite e verminose	2,94
	Diarreia e verminose	2,94
Áreas Rurais: linhas vicinais	Malária	2,94
	Verminose	10,16
	Diarreia	1,69
	Diarreia e verminose	1,69
	Diarreia, dengue, malária e verminose	1,69

Fonte: Projeto Saber Viver (2019) – TED 08/2017 IFRO/FUNASA.

De acordo com Boletim Epidemiológico divulgado pelo Governo do Estado de Rondônia (AGEVISA, 2019), sete municípios estão com risco para a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e 31 municípios em alerta. Comparado ao ano de 2018, em 2019 a dengue teve aumento de 34% nos casos notificados, Chikungunya 3% e Zika com 53%. O Município de Vale do Paraíso, registrou no último LIRAa de 2019, realizado no mês de outubro um índice de Infestação Predial de 4,3 para *Aedes aegypti* e 1,3 para *Aedes albopictus*. A tabela 4, apresenta o mapeamento de infestação por *Aedes aegypti* no município, no ano de 2019.

TABELA 4 - MAPEAMENTO DE INFESTAÇÃO POR AEDES AEGYPTI EM VALE DO PARAÍSO.

LIRAa: IIP <i>Aedes aegypti</i> – 4,3 (Alto Risco) e 1,3 IIP <i>Aedes albopictus</i> .				
DOENÇA	SUSPEITA	DESCARTADO	CONFIRMADO	SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA
Dengue	12	05	07	Satisfatória
Zika	-	-	-	Satisfatória
Chikungunya	03	00	00	Satisfatória
Febre Amarela	00	00	00	Satisfatória
Leishmaniose	03	00	03	Satisfatória
Esquistossomose	01	01	00	Satisfatória
Leptospirose	06	04	02	Satisfatória

Fonte: SIVEP DDA, em 20/03/2020.

Segundo o levantamento realizado pela equipe do Projeto Saber Viver, quando perguntados se alguém da residência apresentou, nos últimos meses, alguma doença ou algum tipo de problema que possa estar relacionado com a falta de saneamento básico, 4,4% da população da zona urbana afirmam que tiveram **dengue** nos últimos 12 meses, 2,2% tiveram **diarreia**, 3,30% tiveram **verme** e 83,52% não apresentaram nenhuma doença relacionada com a falta de saneamento básico. Quanto à área rural, 1,02% da população afirmou ter sofrido com **desinterias e diarreias**, 1,02% **hepatite**, 2,04% **dengue**, 5,10% **verminoses** e 88,78% afirmaram não ter ocorrido nenhuma doença relacionada à carência de saneamento básico no ano anterior.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007: Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.** Brasília: Presidência, 2007.

BRASIL. **Presidência da República. Decreto 7.217, de 21 de junho de 2010: Regulamenta a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.** Brasília: Presidência, 2010.

FUNASA. **Política e Plano Municipal de Saneamento Básico.** Brasília: Funasa, 2014.

FUNASA. **Manual do Saneamento.** Brasília: Funasa, 2015.

FUNASA. **Termo de Referência para elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico.** Brasília: Funasa, 2018.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **O que é saneamento básico?** Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/o-que-e-saneamento>. Acesso em: 24 out. 2019.

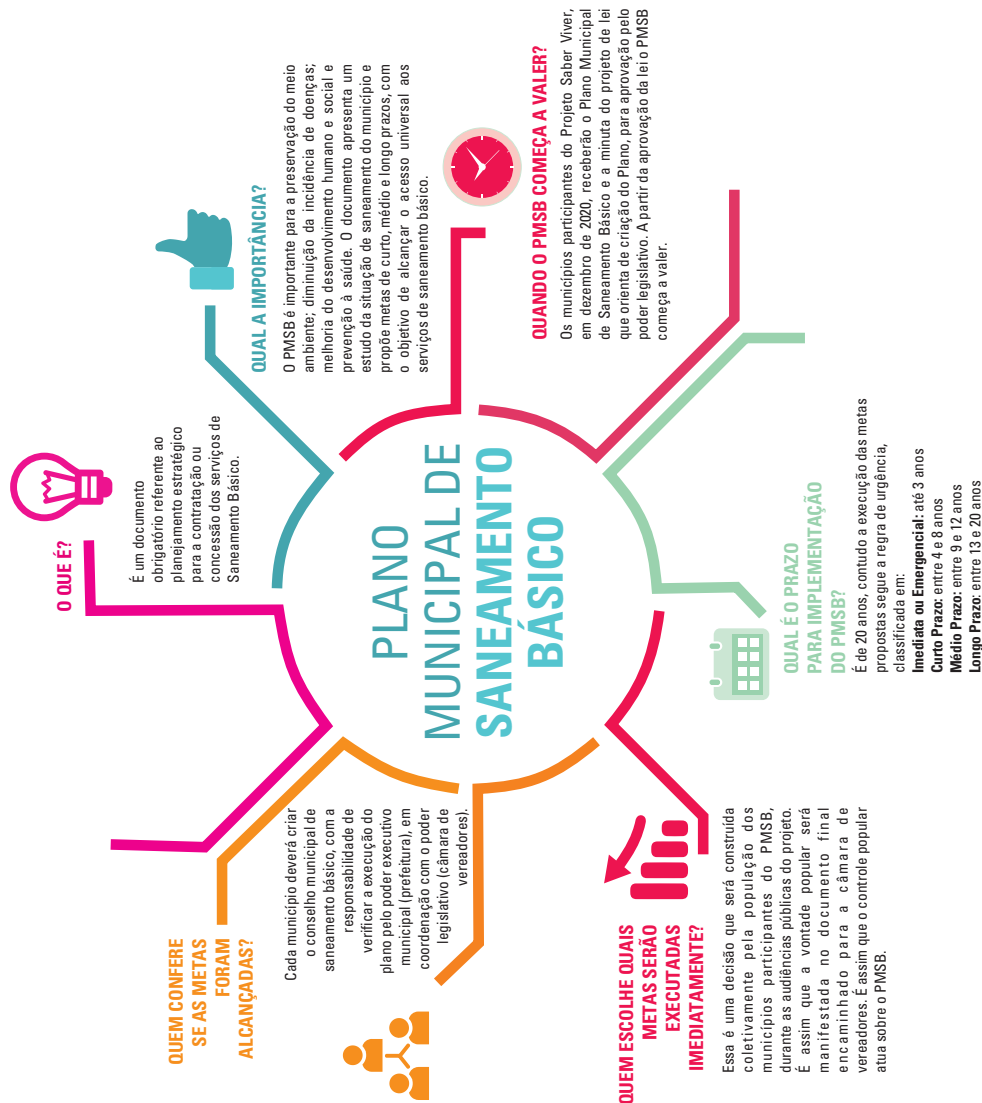
SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). **Diagnóstico Anual de Água e esgoto – 2017.** Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos>. Acesso em: 25 out. 2019.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). **Diagnóstico Anual de Resíduos Sólidos – 2017.** Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos>. Acesso em: 25 out. 2019.

ESSE É O SEU ESPAÇO!
FAÇA AQUI SUAS ANOTAÇÕES

ESSE É O SEU ESPAÇO!
FAÇA AQUI SUAS ANOTAÇÕES

ESSE É O SEU ESPAÇO!
FAÇA AQUI SUAS ANOTAÇÕES





PROJETO
**SABER
VIVER**

Construindo Planos Municipais
de Saneamento Básico - PMSBs

TED N° 08/2017



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



Fundação
Nacional
de Saúde



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL